





Primeiras Infâncias: A experiência do Tribunal de Contas de Roraima e suas especificidades (indígenas, migrantes e refugiadas).

Valdélia Lena

Auditora de Controle Externo

CONTEXTUALIZAÇÃO

- Somente em 2019 ingressaram na justiça mais de 78 mil novos processos de violência contra crianças e adolescentes;
- Existe um abismo entre o país que queremos e o que temos. A moderna legislação de proteção às crianças, não tem sido suficiente para assegurar o efetivo acesso aos direitos e garantias;
- Na perspectiva de contribuir na melhoria deste cenário foi criado pelo CNJ o “Pacto Nacional pela Primeira Infância”;
- Os organismos signatários do pacto assumiram o compromisso de promover um conjunto de ações visando fortalecer a rede de proteção das crianças de 0 a 6 anos de vida;
- Não há como falar em infância no Estado de Roraima sem abordar as infâncias indígenas e das crianças em situação de migração.



PILARES DA AÇÕES



Vertentes: técnica e articulação política



Grupo de Trabalho



Plano de Ação: metas e cronograma



Parcerias



Trabalhos com foco na realidade local, considerando as diversas infâncias do Estado de Roraima

ATIVIDADES REALIZADAS

- Sensibilização dos gestores municipais por meio da realização de seminários em 100% dos municípios, com a participação de 567 agentes públicos e 3.000 km percorridos.
- Contratação de uma consultoria junto ao Instituto da Infância - IFAN para realinhar os planos municipais da Primeira Infância – PMPIs que haviam sido elaborados para obtenção do selo da Unicef.



Fotos: SECOM/TCERR



ATIVIDADES REALIZADAS

- Seminário “Lugar de criança é no orçamento público”, numa parceria entre o TCERR e ALE-RR, com palestras do Dr. Vital Didonet e da Dra. Cláudia Costin.



Fotos: SupCom/ALE-RR



ATIVIDADES REALIZADAS

- Construção do Portal da Primeira Infância, contendo indicadores, cursos e outras informações sobre o tema.



The screenshot shows the homepage of the TCERR website. At the top, there is a navigation bar with links to 'INÍCIO', 'INSTITUCIONAL', 'SESSÕES PLENÁRIAS', 'JURISPRUDÊNCIA', 'PORTAIS', 'TRANSPARÊNCIA', 'ATALHOS', 'CARTA DE SERVIÇOS', and 'FALE CONOSCO'. Below the navigation bar, there is a banner for the 'Pacto Nacional pela Primeira Infância'. The banner features the logo of the Pacto pela Primeira Infância and text stating: 'Iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Pacto Nacional pela Primeira Infância integra mais de 300 signatários, que formam uma rede de proteção à criança no Brasil.' To the right of the banner, there is a list of links with blue circular icons: '+ O QUE É O PACTO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA', '+ INDICADORES', '+ PRIMEIRA INFÂNCIA', '+ SITUAÇÃO SUCINTA DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL', and '+ PACTO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA NO TCERR'. At the bottom of the screenshot, there is a banner for the '1º ENCONTRO DE SAÚDE E CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO'.

<https://tcerr.tc.br/portal/pacto-da-primeira-infancia>



ATIVIDADES REALIZADAS

- Fiscalização ordenada em 32 pré-escolas e creches de 14 municípios, com um total de 6.853 alunos matriculados, com foco em:
 - ✓ instalações físicas e acessibilidade;
 - ✓ qualidade da alimentação;
 - ✓ ambiente pedagógico;
 - ✓ critérios de segurança;
 - ✓ formação de professores.

[Relatório Consolidado](#)



Fotos: SECOM / TCERR

ATIVIDADES REALIZADAS

- Compartilhamento da boa prática, pelo município de Boa Vista, quanto a elaboração dos instrumentos de planejamento, considerando o detalhamento no orçamento das despesas voltadas à primeira infância.



Foto: SECOM/TCERR



ATIVIDADES REALIZADAS

- Articulação com o Governo do Estado para elaboração de projetos arquitetônicos de creches de pequeno, médio e grande porte, de acordo as especificações do FNDE, para atender as necessidades de cada município.
- Articulação quanto a destinação de recursos financeiros por meio de emendas parlamentares na LOA de 2024 para a construção de creches e pré-escolas no valor de R\$ 4.300.000,00.



Foto: SECOM/TCERR



ATIVIDADES REALIZADAS

- Parceria com o UNICEF para apoiar os municípios na realização de ações para alcance dos ODS, visando garantir os direitos de crianças e adolescentes.
- Parceria com a Universidade Federal de Roraima (UFRR).



Foto: SECOM/TCERR



ATIVIDADES REALIZADAS

- Auditoria operacional com foco no acolhimento de crianças de 0 a 6 anos em situação de migração abordando as áreas de saúde, educação e abrigo ofertados pelos entes.

Problema:

- Agravamento da crise econômica e humanitária na Venezuela;
- Sobrecarga principalmente nas redes de saúde e educação locais;
- Surgimento de moradores em situação de rua.



INFÂNCIA MIGRANTE - AOP

- Agravamento da crise econômica e humanitária da Venezuela;
- O Brasil é o quarto principal destino das pessoas em situação de migração;
- Ano de 2016: Incremento da migração dos venezuelanos para Roraima;
- Porta de entrada: Municípios de Pacaraima e Boa Vista;
- Em fevereiro de 2018, o Estado Brasileiro reconheceu oficialmente a situação de vulnerabilidade/crise humanitária (Decreto nº 9.285/2018);



INFÂNCIA MIGRANTE - AOP

- Operação Acolhida: operação humanitária liderada pelo Governo Federal, por meio de um comitê de assistência emergencial, e pelos escritórios do ACNUR e da OIM no Brasil.

Criado pela Medida Provisória nº 820/2018, convertida na Lei nº 13.684/2018, que trata das ações de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, e institui o Comitê Federal de Assistência Emergencial atualmente regulado pelo Decreto nº 10.917 de 2021.

- A rede de serviços foi organizada nas cidades de Pacaraima e Boa Vista (RR), e também em Manaus (AM).



INFÂNCIA MIGRANTE - AOP

- A Operação Acolhida possui atualmente cinco abrigos na cidade de Boa Vista, com cerca de 7.000 migrantes e refugiados, onde recebem abrigo, alimentação, proteção, saúde e atividades sociais e educativas, respeitando-se a cultura das etnias.
- Destes abrigos, dois atendem exclusivamente indígenas em situação de migração (Warao, Eñepá e Pemón/Taurepang).



Foto: SECOM/TCERR

INFÂNCIA MIGRANTE - AOP

- Do total dos pedidos de residência e refúgio (597.082), 13% é composto por crianças de 0 a 6 anos.
- No contexto da crise migratória, as crianças e adolescentes são expostos a inúmeros riscos e à violação de seus direitos.



Foto: SECOM/TCERR

INFÂNCIA MIGRANTE - AOP

- O fluxo migratório contribui para a saturação da rede de saúde pública dos municípios e do Estado.
- Além do aumento da demanda por serviços de saúde, a barreira linguística representa uma dificuldade adicional para o atendimento.



Foto: SECOM/TCERR

INFÂNCIA MIGRANTE - AOP

- No período de 2013 a 2022 o crescimento do número de matrículas da educação infantil na rede pública do município de Boa Vista correspondeu a 156,8%.
 - Apesar do aumento do número de matrículas, a barreira linguística continua sendo um desafio.



Foto: SECOM/TCERR

INFÂNCIA MIGRANTE - AOP

- Ausência de arranjos institucionais e de governança colaborativa entre os entes com foco em mitigar as consequências causadas pelo fluxo migratório decorrente da crise humanitária na Venezuela.



Foto: SECOM/TCERR



INFÂNCIA INDÍGENA

- Construção de uma proposta pedagógica em parceria com a UFRR por meio do Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena, considerando os aspectos antropológicos e sociológicos, para garantir os direitos das crianças indígenas de acordo com a LDB.

INFÂNCIA INDÍGENA

- Principais etnias de Roraima: Macuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang, Waimiri Atroari, Waiwai e Yanomami.
- Uiramutã é município com maior proporção de indígenas (96,6%);
- Do total de 368 escolas estaduais 249 são indígenas;



Foto: SEMUC/PMBV

PRÓXIMOS PASSOS

- Auditoria coordenada sobre imunização (TCU e Tribunais de Contas Brasileiros), em que se pretende focar nas especificidades locais;
- Monitorar os Planos Municipais da Primeira Infância;
- Curso para os gestores municipais sobre a elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento com foco na Primeira Infância;
- Articulação para que sejam retomadas as obras paralisadas de escolas municipais no Estado de Roraima;
- Alinhamento das novas ações propostas para a execução do pacto em 2024.



IMAGENS





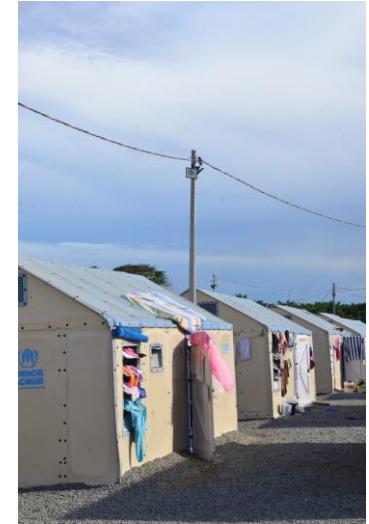
IMAGENS



IMAGENS



IMAGENS



IMAGENS



IMAGENS



IMAGENS



IMAGENS



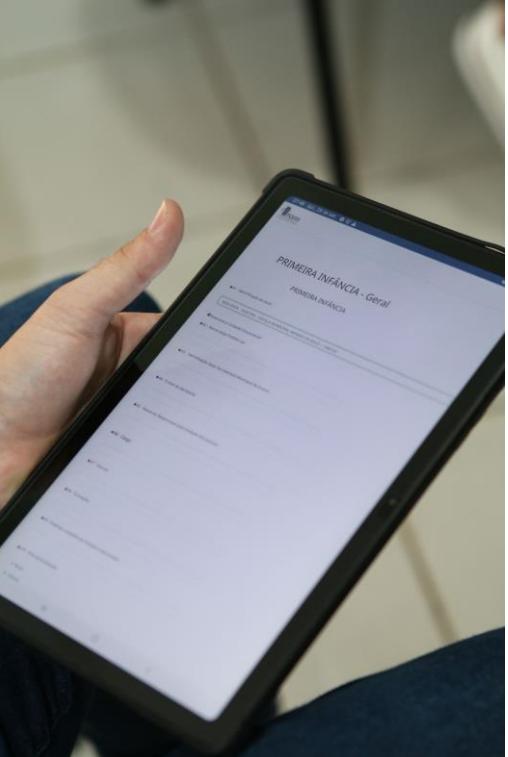
IMAGENS



IMAGENS



IMAGENS



IMAGENS



PARCEIROS



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA



OBRIGADA PELA ATENÇÃO!



Valdélia Vieira dos Santos Lena
Secretaria de Avaliação e
Monitoramento de Políticas Públicas
Auditora de Controle Externo
E-mail: valdelia@tcerr.tc.br
Telefones:
+55 95 3198 8675
+55 95 99971 4473

Realização:



Apoio:

